

# *O projeto Museu de Ferro & da Região de Moncorvo: entre a utopia e a realidade (possível)*

Nelson CAMPOS  
PARM

## **Resumo:**

Breve historial da criação de um museu local numa antiga região mineira; destaca-se o papel de uma associação local de defesa do património (PARM) na sua recuperação e idealização de um novo programa museológico, seguindo-se um modelo de gestão de parceria com o poder local. Balanço do que foi possível realizar e constrangimentos encontrados.

**Palavras-chave:** Museu; Ferro; Torre de Moncorvo; PARM

## **Abstract:**

A brief history of the creation of a local museum in a former mining area; highlights the role of a local association for the protection of heritage (PARM) in his recovery and in museological idealization; having adopted a management model of partnership with the local government, it is the balance between what was possible and the constraints encountered.

**Keywords:** Museum; Iron; Torre de Moncorvo; PARM

## **1. Início**

O Museu do Ferro de Moncorvo nasceu no bairro mineiro do Carvalhal em Dezembro de 1983<sup>1</sup>, tendo sido um dos primeiros museus de empresa e seguramente o primeiro museu mineiro em Portugal<sup>2</sup>, impulsionado pela Ferrominas E.P., com

<sup>1</sup> Esta criação ocorre num momento de grandes expectativas de exploração do jazigo mineral de ferro de Moncorvo em articulação com a Siderurgia Nacional, o que não aconteceu. O museu foi inaugurado no dia 4.12.1983, dia de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, sendo então editado um catálogo pela empresa – vd. Bibliografia: FERROMINAS s/d [1983].

<sup>2</sup> Cf. BRANDÃO, 1998: 254: «A ideia de criação de museus mineiros em Portugal já não é nova, embora inicialmente tenha sido considerada noutro contexto cultural e económico, o de museus de empresa. É

assessoria científica do Dr. Jorge Custódio<sup>3</sup>, num tempo em que por cá mal se falava em “arqueologia industrial” e menos ainda em arqueologia mineira.

Com o chumbo do projecto mineiro, em 1985, o núcleo museológico ficou praticamente esquecido e em risco de se perder, razão por que uma associação local de estudo e defesa do Património, o PARM (Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo), nos inícios dos anos 1990, acabaria por propor ao município moncorvense a sua transferência para a sede do concelho, com objectivo de melhor preservação do respectivo espólio e do incremento da sua fruição no âmbito de um projecto museológico mais alargado. Era também entendimento da autarquia que a localização do referido espólio na sede do concelho lhe conferiria mais visibilidade, quer relativamente ao público local, quer a outros visitantes (turistas) cujo número tendia a aumentar na última década do século XX. Assim viria a acontecer em Fevereiro de 1995, ficando localizado num edifício histórico conhecido como casa do Barão de Palme, onde ainda hoje se encontra (Fig. 1).

Entre 1995 e 2000, a referida associação recorreu a vários fundos comunitários, sempre com participação do município, para projectos e obras de recuperação e adaptação do imóvel e espaços anexos, de acordo com um projecto museológico inicialmente delineado e que foi sendo adaptado. Isto levou o signatário, como responsável da comissão instaladora do museu, a procurar formação adequada, frequentando – às suas expensas – o curso de pós-graduação em Museologia da FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Ao mesmo tempo implementou um curso CPC (Conservação de Património Cultural), coordenado pela associação e financiado pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), com objectivo de formar pessoal auxiliar, quer para esta infra-estrutura, quer para outras análogas, até em concelhos circunvizinhos.

O ambicioso projecto inicial, bastante influenciado pelos conceitos da Ecomuseologia, procurava pôr a tónica no território, não se esgotando nos poucos vestígios da mineração que subsistiam (construções arruinadas, galerias, cortas e bancadas de extracção) mas potenciando ainda outras valências patrimoniais no concelho, mormente arqueológicas, assim como o próprio Centro Histórico – daí a introdução da partícula copulativa “e” na designação do Museu, que passou a ser, como atrás se disse, “Museu do Ferro e da região de Moncorvo” (MF&RM).

O Museu pretendia ser, assim, uma espécie de Centro Interpretativo da região, com acento tónico na realidade mineira, à semelhança de exemplos paradigmáticos de museus e parques mineiros que foram surgindo nos anos 1970 e 80, depois do clássico Ironbridge Gorge Museum, no berço da revolução industrial (Fig. 2). – Em termos gerais, esta era a dimensão mais utópica deste projecto.

## **2. Contexto geográfico e histórico-económico na base da opção museológica.**

O concelho de Torre de Moncorvo localiza-se no extremo sul do distrito de Bragança, em Trás-os-Montes e Alto Douro, sub-região do Douro Superior, sendo

---

o caso do Museu do Ferro e da Região de Moncorvo, o mais antigo dos projectos, cujo embrião surge na sequência de iniciativas da antiga proprietária das minas no início dos anos oitenta (J.Custódio, 1991a, N.Rebenda *et al.*, 1996) ...»

<sup>3</sup> CUSTÓDIO & BARROS, 1983; CUSTÓDIO, 1991

delimitado a sul pelo Douro e atravessado a meio pelos vales do rio Sabor e da ribeira da Vilariça, sendo este, a par da serra do Roboredo, um dos acidentes geomorfológicos que mais determinaram a história da região desde há mais de dois milénios. O vale da Vilariça (Fig. 3) corresponde a um *graben*, com falha sísmica preenchida por sedimentos aluvionares<sup>4</sup>. Possui assim os melhores solos agrícolas, aproveitados desde remotas eras, pelo menos desde o Neolítico Final, como o testemunha uma estela-menir de grande porte exposta no MF&RM, além de outras que não se encontram no concelho. Em pleno vale, ou nos seus rebordos planálticos, encontram-se diversos vestígios de ocupação humana, desde o período calcolítico, Idade do Ferro, Romanização e Idade Média, identificados e estudados por diversos investigadores, nomeadamente do PARM, ao longo de décadas. Algum espólio arqueológico procedente desta zona, como de outros pontos do concelho, encontra-se em depósito nas reservas do MF&RM, esperando a oportunidade de concretização da sala de Arqueologia & História, há muito adiada, apesar de se ter realizado uma exposição programática sobre o tema, em 2008.

Acresce dizer que, ainda no vale da Vilariça, se concentrou uma produção “agro-industrial” *avant la lettre*, de grande importância – a do cânhamo – que desde o século XV ao XVIII se produziu em escala para o cordame e enxárcias das armadas régias. Uma outra história para o museu contar.

Todavia, apesar das singularidades dos fenómenos ocupacionais ao longo do tempo e nos espaços onde decorrem, em termos de ilustração material desse devir constata-se o risco de uma relativa similitude expositiva, e até discursiva, entre museus de Arqueologia e História. Daí que o responsável da entidade parceira (município) no processo de recuperação do MF&RM, chegasse a afirmar que os museus de Arqueologia “eram todos iguais”, preferindo que se colocasse a tónica no tema do Ferro, tomado como elemento ex-libristico<sup>5</sup>. Estava em voga a procura das especificidades, no âmbito do conceito de “produtos endógenos” e de “capitalidades” de qualquer coisa, do móvel à alheira, da cereja à amendoeira em flor. Os critérios para os apoios comunitários, privilegiando o original e o “único”, induziam a opção. No caso de Torre de Moncorvo, uma serra, o Roboredo e suas adjacências, onde se concentravam mais de 700 milhões de toneladas de minérios de ferro (sobretudo hematites), podendo chegar aos 1000 milhões, constituindo uma das maiores reservas europeias, com uma história longa de aproveitamento documentado, tornavam inevitável a escolha do tema-âncora do museu<sup>6</sup> (Fig. 4). No entanto, nunca perdemos de vista também os aspectos arqueológico-históricos, como pano de fundo da actividade minero-metalúrgica, das origens ao séc. XVIII.

---

<sup>4</sup> SILVA *et alii*, 1989; REBELO, 2002.

<sup>5</sup> Foi adoptado pelo município o slogan “Moncorvo, onde o Ferro é a alma da terra”, inclusivamente pintado em viaturas da autarquia e estampado como patrocínio nas camisolas do grupo desportivo local.

<sup>6</sup> Apesar da relativa pobreza da colecção herdada do Museu da Ferrominas, foram entretanto reunidas mais algumas peças e, sobretudo, um considerável espólio fotográfico de centenas de fotografias da fase de laboração das minas no séc. XX, entre os anos 1950 e 60, por doação de um familiar do antigo director técnico das mesmas, Eng.º G. Monteiro de Barros (1923-1995), o que, juntamente com vários livros e documentação, muito enriqueceram o acervo do MF&RM.

### 3. História mineira e programas museológicos

Depois dos primeiros trabalhos realizados sobre a arqueologia e história do ferro de Moncorvo pelo Prof. Adriano Vasco Rodrigues e Dr<sup>a</sup>. Maria da Assunção Carqueja, nos inícios dos anos 1960<sup>7</sup>, incidindo sobretudo na mineração e metalurgia romana e medieval, verificou-se um absoluto vazio no que toca à investigação neste campo, acompanhando a decadência da exploração que durou até 1974. Com a nacionalização da Ferrominas em 1975 e as expectativas de exploração em função de uma produção nacional, retomaram-se os estudos geológicos, económicos e, por fim, até históricos, tendo a administração da empresa convidado o Dr. Jorge Custódio, especialista de arqueologia industrial, a elaborar um projecto de investigação, que culminou no levantamento sistemático dos escoriais de ferro (1982), na escavação de uma ferraria forja (Chapa Cunha, 1983) e criação do primeiro museu do Ferro, no bairro Mineiro, como atrás se disse. A inviabilização do projecto mineiro de Moncorvo comprometeu a continuidade deste programa, como também já se referiu. Após a transferência do museu para a sede do concelho, foi elaborado um novo programa museológico, tendo em vista o apoio da componente do Ferro no contexto da história económica e social da região e concebendo o espaço de acolhimento/centro interpretativo como uma “central distribuidora de percursos”, entretanto esboçados, tanto no centro histórico de Torre de Moncorvo como no resto do concelho e, obviamente, em articulação com outros motivos de interesse cultural e turístico dos concelhos circunvizinhos<sup>8</sup>. Esse programa museológico foi posteriormente reformulado e aprofundado pelo signatário e Jorge Custódio<sup>9</sup>, assumindo como missão do museu “a promoção e divulgação do património arqueológico e industrial do território, dos povoados e das comunidades que se formaram nas cercanias da serra do Roboredo e do Vale da Vilarça, com particular destaque para as actividades relacionadas com a extracção do ferro”<sup>10</sup>. Em Agosto de 2002 foi inaugurada a nova exposição permanente dedicada ao ferro e renovada a parceria entre o município e o PARM (protocolo de 30.09.2002). Infelizmente, a exiguidade do espaço expositivo não permitia um aprofundamento conveniente das principais etapas identificadas na história do aproveitamento do ferro de Moncorvo, as quais eram: 1) da Antiguidade (romana ou anterior) até ao século XVIII, incluindo mineração, metalurgia e forja; 2) episódio proto-industrial da Chapa-Cunha (1789-1830), curta experiência algo fracassada, de introdução de energia hidráulica e forno catalão na região; 3) momento de “corrida às minas”, entre 1870 e 1900, no quadro do industrialismo, apenas com registo, venda/revenda e concentração de concessões, interesses económicos posicionando-se no terreno, estudos geológicos, análises e ensaios industriais dos minérios, suscitando-se grandes expectativas, logo goradas nas primeiras décadas do séc. XX; 4) momento de exploração efectiva pela Ferrominas, após 1950, no quadro do pós-Guerra, sendo que desde os anos 1960 o dramático decréscimo da extracção levou a uma situação de penoso arrastamento

---

<sup>7</sup> Vd. RODRIGUES, 1964; RODRIGUES, 1965; RODRIGUES & RODRIGUES, 1962.

<sup>8</sup> REBANDA *et alii*, 1996; CAMPOS, 2001a; CAMPOS, 2001b.

<sup>9</sup> CUSTÓDIO & CAMPOS, 2002.

<sup>10</sup> Cf. texto do prospecto do Museu e de acordo com CUSTÓDIO & CAMPOS, 2002.

até à nacionalização da empresa mineira após o 25 de Abril de 1974; 5) depois de 1975, são geradas novas expectativas para as minas de Moncorvo, no âmbito de uma estratégia desenvolvimentista e industrial que passava pela modernização e incremento da siderurgia nacional, intenções de novo frustradas após a adesão à CEE (U.E.), em 1985; 6) encerramento das minas, extinção da Ferrominas e entrega dos terrenos e algum património à EDM (Empresa de Desenvolvimento Mineiro), sediada em Lisboa, que, em função da crise no sector mineiro, nada fez em Moncorvo<sup>11</sup>. Agora poder-se-ia acrescentar uma nova fase após 2008, quando em face de alguma valorização dos minérios nos mercados internacionais a MTI (Mining Technology Invest.) obtém os direitos de prospecção, pesquisa e avaliação dos recursos mineiros de Moncorvo, numa extensa área, depois parcialmente cedida a outra empresa entretanto constituída, a CPF (Companhia Portuguesa do Ferro), abrindo um novo capítulo nesta longa história de expectativas, de momento comprometidas pelo arrefecimento da economia global.

Por tudo isto, associando a expectativa cultural à económica e social, depressa concluímos que seria necessário um espaço mais amplo para se contar esta história, quiçá em outras instalações mais relacionadas com a história mineira de Moncorvo no século XX<sup>12</sup> e em conexão com o almejado parque mineiro, musealizando a área de exploração da Ferrominas (Carvalhosa, bairro mineiro, estação do Carvalhal) (Fig. 5). Não se perdeu, contudo, de vista, a ideia de um “museu de território”, com um núcleo central articulado com outros núcleos a criar, uma espécie de “rede museal local”, o que inevitavelmente induziria a um maior investimento e responsabilização da parte do município, assumindo este a dita rede museológica<sup>13</sup>. No entanto, esta entidade (ou antes, o seu responsável), pretextando a crise económica, mas decerto por outros motivos, acabaria por limitar progressivamente a acção do museu, ou por indiferença, ou mesmo por bloqueio, sobretudo depois de 2010. Isto apesar de termos conseguido uma menção honrosa no prémio de Geoconservação 2008, atribuído pelo comité nacional do ProGEO (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico) e de termos integrado o lote dos fundadores do Roteiro de Minas e Sítios de Interesse Geológico e Mineiro, desde 2009.

#### 4. O museu possível

Assim, dos ambiciosos projectos idealizados, ficou apenas, no edifício principal do museu, a sala temática dedicada ao Ferro (Fig. 6), com um breve enunciado de 5 tópicos (Forjas, ferreiros e ferrarias; Geologia e Minas; Origem do trabalho do ferro; Impacto da Revolução Industrial em Portugal /ferro fundido; Ferrominas), além de um espaço

---

<sup>11</sup> Estas etapas, apenas até à fase da Ferrominas, encontram-se identificadas e sumariamente enunciadas em CAMPOS, 2010.

<sup>12</sup> Referimo-nos à antiga estação de caminho de ferro de Torre de Moncorvo (Linha do Sabor).

<sup>13</sup> Este conceito de “rede museal local” está subjacente ao esquema apresentado em REBANDA *et alii*, 1996 e CUSTÓDIO & CAMPOS, 2002, tendo sido por nós apresentado em vários contextos, nomeadamente numa palestra realizada no auditório do MF&RM em 28.01.2006, no âmbito do projecto MM (Museu Moncorvo), sessão presidida pelo Sr. Prof. Doutor Armando Coelho. Era a base de um projecto de tese de mestrado do signatário, entretanto adiado – vd. CANTEIRO, 2006 (artigo de imprensa). Ver ainda CAMPOS, 2011.

de recepção, uma pequena biblioteca temática com centro de documentação, áreas de reservas e arrumos. A sala onde se previa a exposição permanente de Arqueologia e História acabaria por se utilizar com exposições temáticas, assim como o auditório localizado na área dos jardins, onde se realizaram (e realizam) inúmeros eventos, além de exposições, tais como palestras, apresentação de livros, representações teatrais, recriação de actividades tradicionais como as Partidelas da Amêndoa, sempre muito concorridas, com salutar convívio intergeracional<sup>14</sup>.

Quanto às actividades de campo promovidas pelo museu, são de destacar as inúmeras visitas guiadas às minas abandonadas (Fig. 7), por vezes com a colaboração voluntária de jovens geólogos (associados do PARM), como no caso da participação nos programas Ciência Viva/Geologia no Verão, assim como a implementação de uma Rota do Ferro em BTT (com edições anuais) e passeios pedestres associados ao património natural e cultural (p. ex. “Pela Calçada de Ferro”, passeios micrológicos, ornitológicos, pelo património edificado no centro histórico de Torre de Moncorvo, etc.).

No que toca a trabalhos de investigação, além da inventariação de acervos e outros valores culturais, foram constituídas bases de dados (em desenvolvimento) sobre Minas Trasmontanas (com cerca de 1 milhão de registos), de antigos trabalhadores da Ferrominas (cerca de 1300 registos, alguns com questionários preenchidos, além de gravações audio-visuais) e sobre Ferreiros e Forjas, este ainda pouco desenvolvido<sup>15</sup>.

Todavia, a não profissionalização da estrutura Museu, funcionando apenas na base de voluntariado, compromete em absoluto a prossecução destes trabalhos, até porque à entidade parceira interessam mais as actividades com visibilidade e alcance social, mediatizáveis através da agenda cultural e imprensa regional.

Em termos de visitantes (Fig. 8), desde a reabertura do museu, em 2002, a média de visitantes anual da exposição permanente situa-se entre os 2.000 e pouco mais de 3.000, com larga predominância do público nacional. Depois de um pico máximo de 3.406 visitantes em 2009, este número tem decrescido progressivamente chegando ao mínimo de 2.205 em 2013. O mesmo se tem passado com os eventos temporários, até porque se tem restringido a sua realização.

As receitas próprias anuais não vão além dos 2.500€ em média, também com tendência decrescente, acompanhando a diminuição de visitantes, reflexo da crise económica e desertificação do interior, pelo que o suporte financeiro para salários de pessoal (nos últimos anos apenas dois funcionários ao nível de assistente técnico), gastos correntes e realização de eventos, é custeado pelo município através de subsídio mensal à associação PARM, de acordo com o protocolo de parceria.

O MF&RM nunca possuiu um director, havendo apenas um responsável (o autor), que esteve desde sempre em regime de voluntariado, excepto entre 2005 e 2010, em que foi requisitado pelo município aos seus serviços, para apoio ao museu e outras tarefas. A maior permanência nesse período permitiu dar um especial incremento ao museu, através de inúmeras actividades, orientação de estágios e organização de bases

---

<sup>14</sup> CAMPOS, 2007.

<sup>15</sup> CAMPOS, 2010: 126-128.

de dados, para além de algum trabalho de investigação. Tem-se contado também com alguma colaboração voluntária de membros da direcção da associação e amigos do museu<sup>16</sup>. Assim, toda a colaboração prestada a este projecto só foi (e é) possível com sacrifício de horas livres, fins-de-semana e períodos de férias<sup>17</sup>.

O incremento do associativismo e do voluntariado foram, de facto, uma das marcas do período pós-25 de Abril que ora se comemora. Infelizmente essa atitude altruísta e solidária tem vindo a ser progressivamente substituída por uma mentalidade mais interesseira, estimulando-se hoje mais um certo “empreendedorismo” com base no Deve e Haver. Do que foi explanado, conclui-se do decisivo papel interventor de uma associação cultural sem fins lucrativos, primeiro para salvar um núcleo museológico em risco após o encerramento de uma empresa mineira, e, depois, para o tentar expandir para um projecto credível, enquadrado no alargamento da oferta cultural e turística local, como parte de um modelo de desenvolvimento sustentado e alternativo às políticas de balão de oxigénio, leia-se, grandes obras de betão e alcatrão. Os obstáculos encontrados não permitiram alcançar na plenitude, nem sequer pela metade, este desiderato. Para mais temos de reconhecer que, a partir de um certo momento, se quisermos credibilizar e (a)firmar os projectos de maior envergadura, tornando-os viáveis e parte de uma engrenagem capaz de conseguir um efeito-motor na economia local e regional, tal não se compadece com uma eterna carolice baseada no melhor dos voluntarismos, mas geradora de desgaste para o(s) agente(s) cultural(ais), com limitação e atrofia para o empreendimento em si. Hoje em dia a especialização e o profissionalismo são condições *sine qua non* para se alcançar eficácia, rendibilidade e, como tal, rentabilidade, ainda que, de modo induzido, como é o caso das infra-estruturas culturais e respectiva produção, designadamente científica, para além da dimensão social e educativa, para não falar do óbvio contributo para a chamada economia de turismo. O problema é que, segundo a lei económica da satisfação das necessidades, a Cultura surge no acessório (e para alguns até dispensável), porque dificilmente chega a ser auto-sustentável de *per se*. Logo, num quadro ideológico neoliberal, tudo o que represente despesa não deve existir.

Com o pretexto da Crise, em que é facto a extinção de serviços, para mais no interior (visto como uma zona periférica, despovoada, “insustentável”), além do congelamento de quadros de pessoal e despedimento de funcionários do sector público, o futuro não parece nada auspicioso. Para só falar do sector museológico, e em Portugal, registem-se os casos, badalados na imprensa, da Fábrica do Inglês/Museu da Cortiça de Silves e do Museu do Carro Eléctrico do Porto, a fecharem portas, apesar de projectos premiados e considerados de referência.

No nosso caso, o novo executivo autárquico (empossado em Outubro de 2013), tal como em muitos municípios, herdou uma situação financeira difícil, o que obrigou, também aqui, a uma política de cortes, nomeadamente ao sector

---

<sup>16</sup> Os corpos gerentes da associação do PARM, em que obviamente se inclui o órgão executivo, não são nem nunca foram remunerados.

<sup>17</sup> O autor, responsável do museu, tem ainda a agradecer a colaboração e compreensão dos seus superiores hierárquicos no organismo a que se encontra vinculado (ex-IPPAR, depois DRCN), pelas facilidades concedidas no que toca à possibilidade de acompanhamento do museu.

associativo, no orçamento para 2014, que igualmente nos atingiu. Neste cenário, não se vislumbra (ao menos para já) a desejável reestruturação do museu no sentido de uma profissionalização indutora de um melhor funcionamento e programação, nem o eventual redimensionamento e melhoria do dispositivo expositivo, e, tão pouco a criação da sonhada rede museal local, articulada e consequente, apesar de se ter criado um núcleo museológico de Arte Sacra e estarem em perspectiva outros núcleos, a que somaríamos diverso património arqueológico e edificado da maior relevância. Assim sendo, o voluntarismo continuará a ser o horizonte e o limite.

### **5. Nota final – convite e agradecimentos.**

Reflexões e questões internas à parte, esperamos que esta apresentação tenha motivado os presentes a conhecer Torre de Moncorvo e o seu pequeno, mas acolhedor, Museu do Ferro & da Região respectiva.

A finalizar, cabe-nos agradecer o convite para esta comunicação, ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente do DCTP da FLUP, Professor Doutor Rui Centeno, nosso antigo professor no curso de licenciatura e Exm<sup>as</sup>. Doutoras Paula Menino Homem e Alice Semedo, nossas professoras no curso de pós-graduação em Museologia, bem como a todos os organizadores do painel de Museologia deste Seminário.

### **BIBLIOGRAFIA:**

BRANDÃO, José Manuel Brandão (1998), Defesa do património mineiro em Portugal. Algumas reflexões a propósito da realização do seminário 'Arqueologia e Museologia Mineiras', in Maria Mata-Perelló, Josep Maria; Campo Martínez, Roc (Coord. de), *Actas del Primer Simposio Latino sobre Geología, Medio Ambiente y Sociedad*, Camrasa, 13-15 Março 1998, ed. SEPDPGYM y Ajuntament de Camrasa, pp. 253-258.

CAMPOS, Nelson (2001a), Museu do Ferro & da Região de Moncorvo – um museu em construção, in revista *Centros Históricos*, II, 2 (n<sup>o</sup> 7, Abril/Junho 2001), Santarém, APMCC, pp. 18-19.

CAMPOS, Nelson (2001b), Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. O museu como 'central distribuidora de percursos'. Projecto de um serviço de extensão, seguido de dois exemplos de actividades educativas – Relatório para disciplina de Introdução à Museologia, 1<sup>o</sup>. Ano do curso de pós-graduação em Museologia da FLUP, Porto, 2001 (trabalho dactilografado, inédito).

CAMPOS, Nelson (2007), Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, in *Revista 2 Pontos* (6), Porto, Porto Editora, p. 52-54.

CAMPOS, Nelson (2010), *A odisseia do ferro de Moncorvo até à Ferrominas*. Sep. da *Revista do Colégio Campos Monteiro*, Out<sup>o</sup>. 2010, Associação dos Antigos Alunos e Amigos do ex-colégio Campos Monteiro.

CAMPOS, Nelson (2011), O Museu como espaço de investigação e instrumento de comunicação – reflexões a partir do caso do Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, in PALAVRAS, Armando (Coord.), *Trás-os-Montes e Alto Douro. Mosaico de Ciência e Cultura*. Ed. Comissão de Festas de N. S<sup>a</sup>. das Graças /Lagoaça, 2011, pp. 219-224.

CANTEIRO, Sandra (2006), Moncorvo propõe rede museal – Museus devem ser janelas viradas para o exterior, in *Nordeste* (semanário), 31.01.2006, Bragança.

CUSTÓDIO, Jorge e BARROS, Gabriel Monteiro de (1983), *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*. Ferrominas, 1984.

CUSTÓDIO, Jorge (1991), Projecto do Museu do Ferro de Moncorvo, da Ferrominas E.P., in *Museologia e arqueologia industrial. Estudos e Projectos*. Lisboa, Ed. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Lisboa, pp. 75-82.

CUSTÓDIO, Jorge, CAMPOS; Nelson (2002), *Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação. Estudos. Catálogo*. vol. 1, Torre de Moncorvo [catálogo do Museu, 270 p.].

FERROMINAS s/d. – Ferrominas E.P., *Museu do Ferro da Região de Moncorvo. Catálogo*. Ed. Ferrominas, s/d [1983].

REBANDA, Nelson Rebanda, RODRIGUES, Miguel, MASCARENHAS, Ana Mascarenhas (1996), Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Introdução a um programa museológico. *Trabalhos do Museu*, 1, Torre de Moncorvo, MF&RM.

REBELO, J. Almeida (2002), Geomorfologia e geologia da região de Moncorvo, in Custódio, Jorge e Campos, Nelson (Coord. de), *Museu do Ferro e da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação. Estudos. Catálogo*, 1, Torre de Moncorvo, 2002, pp. 44-61.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1964), *O problema das fundições romanas do Ferro. Escavação feita segundo a técnica tridimensional numa ferraria do Roboredo (Moncorvo)*, sep. de *Lucerna*, vol. IV, Porto, CEH.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1965), Ferrarias de Moncorvo, in *Boletim do Grupo Amigos de Bragança*, série 2, nºs. 14-16, Bragança, Amigos de Bragança, pp. 75-86.

RODRIGUES, Maria da Assunção Carqueja; RODRIGUES, Adriano Vasco (1962), Subsídios para o estudo das ferrarias do Reboredo – Moncorvo, in *Lucerna, Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*, II (1-2), Porto, CEH, pp. 3-22 + X.

SILVA, A. Ferreira da, REBELO, J. Almeida, RIBEIRO, M. Luísa (1989), *Carta Geológica de Portugal, na escala 1/50 000, 11-C, Notícia explicativa da folha 11C, Torre de Moncorvo*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.



Fig. 1 - Museu do Ferro &amp; da Região de Moncorvo - fachada



Fig. 2 - Localização dos principais museus e parques mineiros da Europa Ocidental



Fig. 3 - Localização da área mineira de Moncorvo (ferro)



Fig. 4 - Panorâmica do baixo vale da Vilarça próximo da confluência com o Douro



Fig. 5 - Panorâmica da zona mineira, vendo-se o bairro operário e, ao alto, a mina da Carvalhosa



Fig. 6 - MF&RM - aspectos da Sala do Ferro



Fig. 7 - Visita guiada às galerias do cabeço da Mua, abertas na 1ª metade do séc. XX



Fig. 8 - Grupo de crianças visitando o museu

